

# CAPTURA DO DISCURSO: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS ANTIGÊNERO DO OBSERVATÓRIO INTERAMERICANO DE BIOPOLÍTICA

---

## *Capturing Discourse: Analyzing the Anti-Gender Strategies of Observatório Interamericano de Biopolítica*

DOI: 10.14393/LL63-v40-2024-67

Ana Kelma Cunha Gallas\*

Olívia Cristina Perez\*\*

---

RESUMO: Este estudo analisa as estratégias discursivas do Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB) em suas campanhas antigênero no Brasil, investigando como essas estratégias se conectam ao fenômeno de captura do discurso, conforme descrito por Lewin (2021). A pesquisa, de natureza qualitativa, realiza-se pelo batimento entre teoria e análise, examinando, nos discursos do OIB, a aplicação de quatro táticas de captura discursiva: ressignificação, deslocamento, mimetismo/apropriação, distorção/reutilização. O estudo revela como o OIB manipula conceitos progressistas, ressignificando-os para sustentar uma retórica conservadora, contribuindo para o entendimento das dinâmicas de manipulação discursiva e mobilização política empregadas por grupos antigênero no Brasil.

Palavras-Chave: Observatório Interamericano de Biopolítica. Secularismo Estratégico. Antigênero. Captura do Discurso.

ABSTRACT: This study analyzes the discursive strategies of Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB) in its anti-gender campaigns in Brazil, investigating how these strategies connect to the phenomenon of discourse capture, as described by Lewin (2021). This qualitative research merges theory and analysis, examining the application of four discursive capture tactics in OIB discourses: resignifying, shifting, mimicry/appropriation e twisting/repurposing. It reveals how OIB manipulates progressive concepts, reframing them to support conservative rhetoric, contributing to an understanding of the dynamics of discursive manipulation and political mobilization employed by anti-gender groups in Brazil.

Keywords: Observatório Interamericano de Biopolítica. Strategic Secularism. Antigender. Discourse Capture.

---

---

\* Mestra em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda em Políticas Públicas na UFPI. Jornalista e professora do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). ORCID: 0000-0001-5948-1505. E-mail: kelmagallas(AT)outlook.com.

\*\* Professora Adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI) vinculada aos cursos de bacharelado e mestrado em Ciência Política e ao programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Políticas Públicas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. ORCID: 0000-0001-9441-7517. E-mail: oliviaperez(AT)ufpi.edu.br.

## 1 Introdução

Este artigo se propõe a examinar as estratégias discursivas de uma das organizações responsáveis pela criação e disseminação de campanhas antigênero no Brasil: o Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB). Essa organização emergiu como uma força influente no cenário político brasileiro, especialmente no debate sobre questões de gênero nos currículos escolares e políticas sexuais e reprodutivas.

A organização, criada em 2014 por membros da Renovação Carismática de São Paulo, ganhou notoriedade nas esferas digitais disseminando conteúdos alarmistas sobre sexualidade e gênero (Gomes, 2020). A entidade, que reúne pesquisadores politicamente engajados e socialmente conservadores, afirma ser “uma organização de cidadãos livres, conscientes e ativos dedicada à defesa da dignidade e dos direitos da pessoa humana” (OIB, s/d). O objetivo político, declarado pela organização, é o de “contribuir para o fortalecimento de condutas parlamentares comprometidas com a vida, família, educação e Liberdade” (OIB, s/d).

Embora pouco estudado, o OIB é frequentemente retratado como um grupo ultraconservador (Machado, 2018), envolto em certa obscuridade (Paiva, 2015), mas com notável influência midiática (Gomes, 2020). Contando com o respaldo de instituições religiosas e de grupos contrários aos estudos de gênero, o OIB viu seus discursos “espalhados em ambientes religiosos, instituições de ensino confessionais, meios de comunicação e na sociedade civil” (Magalhães, 2020, p. 37).

Mais detalhadamente, entre 2013 e 2018, a organização se tornou presença frequente em debates públicos sobre aborto e a discussão de gênero nas escolas (Machado, 2018; Antonioni, 2019; Teixeira; Biroli, 2022). Nos bastidores do Legislativo nacional, o grupo atuou intensamente ao lado do Movimento Escola Sem Partido (MESP), visando a exclusão do termo gênero no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e de seus congêneres Estaduais e Municipais (Nascimento, 2015; Miskolci, 2017). A respeito de sua atuação, Nery, um dos fundadores do OIB, afirmou que sua organização contava com a participação de 160 mil professores que não queriam ser instrumentalizados (Nery, 2015a).

Como outros grupos conservadores, o OIB era contra a inclusão do termo “gênero” nos Planos de Educação, argumentando que sua presença poderia abrir espaço para a promoção

de uma ideologia que contrariava valores morais e religiosos (RIBEIRO *et al*, 2016; Saviani, 2018; Luna, 2017). Esse debate não se limitou apenas ao PNE nacional. Também houve movimentações em estados e municípios para excluir o termo “gênero” dos planos de educação locais, refletindo um movimento mais amplo de contestação em relação a questões de gênero nos currículos educacionais (Seffner, 2016; Borges; Borges, 2018).

A atividade da entidade nesse capítulo foi intensa. Conforme Nery informou à Revista Apartes, da Câmara Municipal de São Paulo, ele mesmo percorreu 600 cidades em seis meses e participou de 120 audiências públicas sobre o tema. Nery declarou que o resultado foi positivo: “conseguimos retirar o gênero em 98% dos 3.500 municípios que votaram nos Planos Municipais de Educação” (Salvadori, 2015). Entre 2017 e 2018, Felipe Nery também teria realizado mais de 500 palestras pelo país com o intuito de excluir o termo gênero da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O OIB também se engajou em movimentos que se contrapunham às políticas sexuais e reprodutivas. Em 2014, ano em que o Legislativo discutia o aborto legal pelo SUS, o OIB desenvolveu, entre outras atividades, dois seminários em auditórios da Câmara dos Deputados, em Brasília, cuja temática foi “a defesa da vida e da interpretação naturalista dos gêneros feminino e masculino” (Galzerano, 2021, p. 96). Os argumentos produzidos nesses eventos seriam repetidos em diversos outros espaços considerados laicos assim como em ambientes religiosos (Machado, 2018).

Neste artigo, argumentamos que o OIB, enquanto ator político do movimento antigênero brasileiro, utiliza-se de uma tática conhecida como *discourse capture* (LEWIN, 2021) – captura do discurso, conforme tradução nossa –, no qual “o discurso progressista é cooptado e manipulado para servir às agendas da direita” (Lewin, 2021, p. 253). A captura do discurso envolve, sobretudo, “a ressignificação intencional, mudança, imitação ou distorção de conceitos e terminologias existentes, resultando que seu significado dominante e seus fundamentos ideológicos são alterados ou substituídos” (Lewin, 2021, p. 255). A captura do discurso se apresenta como um mecanismo de reação (*backlash mechanism*) ou de resistência a mudanças sociais progressistas, nos quais são empreendidos esforços para reverter ou limitar os avanços alcançados por movimentos sociais.

Com base no referencial teórico de Lewin (2021), este estudo busca investigar como as estratégias discursivas adotadas pelo Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB) evidenciam o fenômeno de captura do discurso. Assim, a pesquisa propõe responder à seguinte questão: de que maneira as táticas discursivas de resignificação, deslocamento, mimetismo/apropriação, distorção/reutilização, descritas por Lewin, se manifestam nos discursos antigênero construídos e disseminados pelo OIB, enquanto mecanismos de reação contra avanços progressistas?

A metodologia utilizada neste estudo é qualitativa e interpretativa, usando, como ferramenta analítica, o conceito de *discourse capture* (captura do discurso), inspirado por teorias de discurso de Michel Foucault, mas fundamentada em uma abordagem interdisciplinar. Organizando-se no batimento entre teoria e análise, o estudo promove um diálogo entre os fundamentos teóricos fornecidos por Lewin (2021) e os dados empíricos, constituídos pelos discursos do OIB, explorando suas manifestações práticas em contextos políticos e culturais específicos. Nessa análise, as quatro categorias de captura do discurso descritas por Lewin (2021) são aplicadas para mapear e interpretar como conceitos progressistas são manipulados pelo OIB. Desta forma, este estudo não apenas descreve o fenômeno, mas interpreta suas implicações políticas e sociais, destacando os efeitos materiais e ideológicos das estratégias de captura discursiva. Nesse artigo, o discurso pode ser definido como um campo de disputa simbólica e material, no qual significados, valores e normas sociais são produzidos, resignificados e controlados, estruturando relações de poder e moldando o entendimento da realidade. Ele se aproxima das teorias foucaultianas, mas mantém conexões práticas com os princípios da AD francesa em sua ênfase na historicidade e no contexto social do discurso.

A coleta de dados incluiu documentos oficiais, discursos, materiais de campanha, cobertura midiática e depoimentos de atores envolvidos nos debates sobre políticas educacionais e de gênero, disponíveis na internet. Para tal, utilizou-se uma API (*Application Programming Interface*) desenvolvida em Python, que permitiu acessar e extrair dados não estruturados a partir da palavra-chave “Observatório Interamericano de Biopolítica”, abrangendo o período de 2012 a 2022. O corpus total resultante da coleta foi composto por 158 materiais, distribuídos da seguinte forma: 97 matérias publicadas em sites jornalísticos e blogs, 35 documentos que detalham a participação do OIB em atividades organizadas pela

Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, e 26 vídeos hospedados no canal oficial do OIB no YouTube. Contudo, neste artigo, está sendo analisado um recorte desse material coletado, focando em exemplos representativos que evidenciam as táticas de captura discursiva descritas no estudo.

## 2 Resultados e discussão

Grupos e movimentos que se utilizam da estratégia da captura do discurso (*discourse capture*) têm como principal objetivo cooptar, manipular e ressignificar discursos progressistas para promover agendas conservadoras e reacionárias (Lewin, 2021). Essa estratégia é empregada como um mecanismo de *backlash* (reação adversa) contra os avanços feministas, *queer* e de direitos humanos, visando reverter conquistas sociais e reforçar hierarquias de poder tradicionais. Mas, não apenas: grupos conservadores, especialmente, os que atuam no movimento antigênero, procuram estabelecer uma epistemologia própria (Korolczuk, 2020), cujo conjunto de práticas, narrativas e estratégias discursivas buscam legitimar formas específicas de conhecimento alinhadas a valores tradicionais, religiosos ou nacionalistas, em oposição às epistemologias progressistas, como as feministas e as teorias de gênero, frequentemente associadas ao “marxismo cultural” (Verloo, 2018). Ao ressignificar termos e moldar discursos, especialmente manipulando sua interpretação para públicos mais amplos, grupos conservadores tentam tornar ideias progressistas vulneráveis a ataques.

O discurso capturado não apenas representa uma disputa simbólica, mas também um instrumento de controle político, cultural e social, com impactos materiais significativos sobre direitos e políticas públicas. Assim, o objetivo central de estratégias discursivas como a ressignificação intencional e manipulação de conceitos progressistas, é minar direitos feministas e LGBTQ+. Por exemplo, conceitos como “feminismo” são esvaziados de suas conotações políticas originais e reutilizados de forma contraditória, como no caso de movimentos antiaborto se autodenominarem “feministas pró-vida” (Lewin, 2021, p. 253).

O discurso capturado não apenas transforma linguagens, mas também impõe mudanças materiais e estruturais em políticas e direitos. Por exemplo, a família nuclear é promovida como modelo universal, restringindo políticas inclusivas e diversificadas. “A ideia de família como um arranjo moralmente correto impõe restrições práticas e legais, solidificando exclusões sociais” (Lewin, 2021, p. 256). Lewin correlaciona, desta forma, a captura discursiva

ao conceito de “golpe silencioso”, onde os mecanismos de poder se tornam invisíveis, enquanto desmantelam estruturas discursivas progressistas: “as estruturas discursivas que sustentam direitos das mulheres são gradualmente minadas sem que ataques diretos sejam percebidos” (Lewin, 2021, p. 257).

Analisaremos nas seções seguintes como o Observatório Interamericano de Biopolítica tem se utilizado das táticas de ressignificação, deslocamento, mimetismo/apropriação, distorção/reutilização, conforme Lewin (2021).

## 2.1 Ressignificação

O Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB) adota estratégias de apropriação e ressignificação como parte de suas táticas discursivas, buscando subverter conceitos progressistas para atender a interesses conservadores. Esses mecanismos são descritos por Lewin (2021) como parte de uma “captura discursiva”, que envolve a manipulação de termos e categorias para alterar seu significado original.

No caso do OIB, um caso emblemático é a apropriação do conceito foucaultiano de biopolítica, em uma tentativa deliberada de ressignificar essa concepção teórica. Originalmente formulado por Foucault (2010), o conceito biopolítica refere-se às tecnologias de controle e regulamentação da vida das populações, abrangendo saúde pública, natalidade e organização social. Para Foucault, biopolítica implica um conjunto de práticas disciplinares que estabelecem o controle sobre corpos e populações, frequentemente em articulação com o biopoder. Desta forma, enquanto o biopoder expressaria um poder sobre a vida (deixar morrer ou deixar viver), a biopolítica, implicaria em um conjunto de tecnologias disciplinares a partir das quais a vida seria organizada, controlada e modificada (Foucault, 2010).

Ao apropriar-se do termo, o OIB o redefiniu, transformando-o em um instrumento retórico conservador. Nos discursos do OIB, o termo é usado para justificar uma agenda religiosa e moral, redefinindo biopolítica como uma ferramenta contra supostas agressões à família e à dignidade humana.

O Observatório apropriou-se do termo no início dos anos 2010, para designar o “Seminário de Biopolítica”, evento religioso coordenado pelo Padre Paulo Ricardo de Azevedo no interior do Paraná. O seminário tinha a finalidade de fazer uma “reflexão histórica e política

a respeito das agressões sofridas pela família e a dignidade da vida humana em legislações de todo mundo” (Lima, 2014). O termo também foi usado, pelos mesmos objetivos, para nomear o site criado pelo OIB, que ficou em atividade até meados de 2015. Com o crescimento do OIB, biopolítica tornou-se parte de sua identidade discursiva, sendo incorporada ao nome da organização. Essa apropriação representa uma tentativa de legitimar sua retórica sob um manto de autoridade intelectual, ao mesmo tempo em que redefine biopolítica como um campo de batalha moral contra o que chamam de “ataques à família tradicional”.

O termo biopolítica também assumiu o papel de carregar uma mensagem sobre a disputa pelo controle semântico de determinadas palavras, como sexo, gênero, casamento, reprodução e família, fixando seus significados em uma epistemologia conservadora. Noções progressistas a respeito destas *keywords* estão sendo reivindicados pelos ativistas antigênero em “uma tentativa de mudar seu significado” (Paternotte; Kuhar, 2017, p. 2).

Em 2014, quando o Observatório se lançava na cena política como um *think tank* do movimento conservador brasileiro, Nery afirmou, de forma reiterada, que havia uma guerra de linguagem em andamento:

Na verdade, a palavra não deveria ser gênero e, sim, sexo masculino e feminino. Mas se fosse isso estaria muito bem. O problema é que esta palavra foi raptada. O sentido das palavras tem sido raptado. Já faz muito tempo. E aqui é a questão. Há uma guerra de linguagem (Nery, 2014b).

A “guerra de linguagem”, como descrita por Felipe Nery, não significa apenas uma disputa pelo significado de conceitos-chave, mas uma tentativa de consolidar uma epistemologia conservadora, cujo impacto se dará diretamente nas políticas públicas, seja restringindo avanços em direitos reprodutivos, como na interdição de uma educação inclusiva e nas políticas de proteção das minorias sexuais.

Se o rapto de palavras, o qual Nery se refere, evoca a ideia de controle (ou seja: qual significado deve prevalecer), por outro lado, sua defesa passou a se ancorar em determinados conceitos, aparentemente seculares, bem distantes da ortodoxia dogmática religiosa. A apropriação de conceitos exerce, desta forma, uma importante função dentro do sistema discursivo antigênero, especialmente quando significados anteriormente rejeitados, são subvertidos para instaurarem outros sentidos em seu lugar.

O movimento antigênero frequentemente se apropria e ressignifica vocabulários de organizações como a ONU e de documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) para validar posições conservadoras. Por exemplo, ao reinterpretar o artigo 16.3 da DUDH (“A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado”), os ativistas conservadores argumentam que a família nuclear heteronormativa é a única unidade legítima, excluindo outras configurações familiares (Mcewen; Narayanaswamy, 2023). Nesse caso, um conceito ou discurso progressista é intencionalmente reinterpretado ou manipulado para servir a agendas conservadoras ou de direita. Essa prática reflete, ainda, o cientificismo no sentido de “controlar a legitimidade” de narrativas alternativas. Lewin (2021) afirma que a ressignificação altera o significado dominante e as bases ideológicas de conceitos progressistas. Nesse caso, o termo “família” é ressignificado para reforçar estruturas conservadoras e patriarcais.

No entanto, como vai refletir Lewin (2021), “talvez o exemplo mais óbvio e significativo de captura de discurso seja a ressignificação proposital de 'gênero' como uma ideologia, ao invés de uma categoria analítica” (Lewin, 2021, p. 258). A ressignificação da ideia de “gênero” como “ideologia” é um exemplo central da prática de captura de discurso e o uso da tática da ressignificação. Originalmente introduzido na Conferência Episcopal do Peru, em 1998 (Junqueira, 2017), o termo “ideologia de gênero” foi apropriado e distorcido para se contrapor às teorias progressistas que analisam gênero como uma construção social. Essa ressignificação subverte a abordagem crítica do conceito de gênero, apresentando-o como uma ameaça à moralidade e à ordem natural.

A ressignificação deliberada transforma o conceito de gênero em uma ferramenta acusatória, desvinculando-o de suas origens teóricas nas Ciências Sociais (Paternotte; Kuhar, 2017). Essa estratégia não apenas deslegitima epistemologias progressistas, mas também facilita a disseminação de narrativas conspiratórias, nas quais feministas e movimentos LGBTI+ são retratados como agentes de uma “engenharia social perversa” (Kuhar; Zobec, 2017).

Na lógica de ressignificação adotada pelo movimento antigênero, as teorias de gênero seriam ideológicas, desconectadas das, supostamente, “inquestionáveis descobertas das ciências naturais, especialmente de estudos biológicos, médicos e psicológicos” (Paternotte; Kuhar, 2017, p. 6). Já a ideologia, entendida nas teorias marxistas como uma falsa

consciência ou instrumento de ocultamento da realidade (Marx; Engels, 2015), nos movimentos antigênero passou a designar qualquer tese contrária ao essencialismo. Assim, em uma lógica invertida, as teorias de gênero são entendidas como uma engenharia social perversa na qual “homens já não são masculinos e as mulheres já não são femininas” (Kuhar; Zobec, 2017, p. 36).

Para Nery, a chamada “ideologia de gênero”, não é apenas uma arma contra a família; é sobretudo, uma ameaça de desconstrução da realidade:

O problema é que não é mais isso. O seu sentido foi alterado; é uma questão de linguagem. Então é mudado o seu sentido, como uma plataforma para se conseguir alguma coisa a mais, que é aquilo que as pessoas de bem não conseguem perceber” (Nery, 2018, transcrição: [09:31] – [10:03]).

Essas associações são recorrentes no discurso de membros do OIB, e aparecem no discurso proferido por Felipe Nery na Audiência Pública Ordinária da Comissão de Educação, em 2019 (Quadro 1). Nesse discurso, Nery faz uso de táticas de captura discursiva descritas por Lewin (2021), especialmente, ao se apropriar do termo “gênero”, um conceito analítico amplamente usado nas Ciências Sociais, resignificando-o como uma “ideologia” com intenções autoritárias, Nery transforma esse termo em uma ameaça à ordem social e à sexualidade humana. Além disso, desloca o foco das discussões para narrativas conspiratórias (um mal secreto que opera silenciosamente no nível da linguagem). Ao discorrer para uma plateia formada predominantemente por políticos, Nery associa os estudos de gênero a um “instrumento de engano”, tentando suscitar na plateia emoções negativas como medo e desconfiança. Essa estratégia é amplamente descrita por Cohen (2011) em sua análise sobre pânico moral e por Lewin (2021) como uma forma de manipular percepções para criar oposição a movimentos progressistas.

Quadro 1: A guerra pelo controle da linguagem segundo Felipe Nery

Tempo	Discurso
11:06	<b>A ideologia de gênero consiste na imposição de um conjunto de ideias</b> que, com propósitos políticos autoritários, procura desconstruir a sexualidade humana.
11:06	A questão-chave é entender que gênero é uma plataforma, uma plataforma política. <b>Ele tem outras intenções que não são aparentes, que são apresentadas estrategicamente numa linguagem muito bem vendida</b> , em que há o pró-respeito, a pró-igualdade, para que nós resolvamos as situações de violência e já eduquemos os meninos e as meninas de uma forma igualitária.
11:10	A ideologia apresenta uma ideia, que é muito bem vendida, mas nela escondem-se as intenções. <b>Há uma desconstrução da realidade e, por esse motivo, quer-se negar a realidade através da linguagem.</b> Desse modo, nós vemos uma ideologia.
11:22	(...) a questão é a desconstrução da linguagem. Então, <b>o instrumento será de engano através da linguagem.</b> É assim que tem que ser feito.

Fonte: elaborado a partir dos discursos de Felipe Nery na Audiência Pública Ordinária da Comissão de Educação (2019).

Em seu discurso, Nery redefine conceitos progressistas para desacreditá-los, associando-os a conotações negativas, como autoritarismo ou manipulação ideológica. Tenta, não apenas mobilizar resistência contra políticas progressistas, mas reforçar a necessidade de uma agenda conservadora para proteger contra o que considera o mal. Em um trecho de seu discurso, Nery afirma que “gênero é uma plataforma política”, que tem “intenções que não são aparentes” (Nery, 2019, [11:06]). O deslocamento do debate sobre gênero, que é tradicionalmente fundamentado em questões de igualdade e direitos humanos, para a ideia de que é uma “plataforma política” com intenções ocultas. Esse tipo de mudança, descrita por Lewin (2021), altera o significado de discursos progressistas, desviando-o para reforçar narrativas conspiratórias que mobilizam oposição ao associar conceitos inclusivos a objetivos políticos dissimulados.

Nery também define gênero como “uma desconstrução da realidade e, por esse motivo, quer-se negar a realidade através da linguagem” (Nery, 2019, [11:10]). Nessa interpretação, Nery transforma os estudos de gênero, que buscam expandir a compreensão de questões relacionadas à identidade e diversidade, em uma ameaça, não apenas moral e epistêmica, mas sobretudo, da compreensão da realidade. Lewin (2021) descreve essa tática como um mecanismo que desvia o significado de conceitos acadêmicos para criar uma percepção de ameaça, minando sua legitimidade no debate público.

No discurso de Nery evidencia a ideia de que há um mal secreto, enganosamente inocente ou difícil de reconhecer. E esse artifício é utilizado para reivindicar a necessidade de especialistas credenciados, que devem explicar os perigos escondidos atrás do que é entendido

como superficialmente inofensivo (Cohen, 2011). Visto desta forma, para o OIB, o discurso pró-igualdade de gênero é considerado um ardil pois: “ele tem outras intenções que não são aparentes, que são apresentadas estrategicamente numa linguagem muito bem vendida” (Nery, 2019, [11:06]).

Substitui-se a palavra sexo pela palavra gênero, que passa a ser ressignificada. Como a ressignificação, não é divulgada de forma explícita, mas permanece, inicialmente, restrita aos meios especializados de teóricos e acadêmicos, a maioria das pessoas tenderá a aceitar gênero e sexo como meros sinônimos. Com o passar do tempo, no entanto, sem que ninguém se dê conta de como e quando, a palavra sexo terá assumido um significado totalmente distinto de gênero, e esta, por sua vez, assumirá o significado desejado pelos ideólogos quando a forjaram (Nery, 2017, p. 14).

Nesse trecho, Nery descreve a substituição do termo “sexo” por “gênero” como parte de um plano deliberado para alterar o significado e o uso social da linguagem: “Substitui-se a palavra sexo pela palavra gênero, que passa a ser ressignificada. Como a ressignificação não é divulgada de forma explícita, mas permanece, inicialmente, restrita aos meios especializados de teóricos e acadêmicos” (Nery, 2017, p. 14). Nesse trecho, Nery apresenta a ressignificação como uma estratégia oculta e manipuladora, relegada aos “meios especializados de teóricos e acadêmicos”. Nessa narrativa conspiratória, sugere que as teorias de gênero são um mecanismo elitista e intencionalmente dissimulado, transformando as teorias de gênero em ideologias com propósitos subversivos. Segundo Nery, o objetivo dessas teorias de gênero é diferenciar o sexo (categoria biológica) do gênero (construção social e cultural): “A maioria das pessoas tenderá a aceitar gênero e sexo como meros sinônimos. Com o passar do tempo, no entanto, sem que ninguém se dê conta de como e quando, a palavra sexo terá assumido um significado totalmente distinto de gênero” (Nery, 2017, p. 69). Ao sugerir que essa distinção é implantada de maneira dissimulada, ele invalida décadas de pesquisas que explicam como essas categorias são separadas e relacionadas. Além disso, busca deslegitimar epistemologias progressistas ao apresentar seus avanços como frutos de manipulação, pois, como defende: “o [gênero], por sua vez, assumirá o significado desejado pelos ideólogos quando a forjaram”. Esse argumento promove uma visão conspiratória na qual os teóricos de gênero são retratados como agentes de uma agenda oculta, que se aplicam a manipular a linguagem e a criar uma confusão semântica que desestabiliza noções tradicionais de sexo e identidade. Além disso, a ênfase na biologia como verdade epistêmica consolida um discurso que marginaliza

identidades que não se conformam ao binarismo de gênero, excluindo experiências sociais e históricas de construção da identidade.

Ao semear incerteza epistêmica, empregando a ideia de especialistas capazes de conduzir suas próprias pesquisas, o movimento antigênero pretende validar concepções alternativas à ciência materialista (Valkovičová; Hardoš, 2018). Desta forma, “a apropriação e reprodução do discurso científico secular foi necessária para neutralizar com credibilidade as desconfortáveis descobertas científicas que contrariam seus valores baseados na fé” (Valkovičová; Hardoš, 2018, p. 3).

O OIB também aciona a chamada política paranoide ao associar os estudos de gênero a objetivos espúrios. A política paranoide é definida como aquela que, por meio de narrativas conspiratórias, traz a ideia de um mal secreto que deve ser combatido (Kimmel, 2013). Em um trecho de seu vídeo contra a discussão de gênero na escola, Nery diz que ideias têm consequências:

E as consequências da ideologia de gênero promovem essa confusão, fazendo nossas crianças duvidarem de si mesmas [...] muitos escondem que existe uma verdadeira indústria do gênero por trás de toda essa confusão e que está organizada para destruir nossas famílias (Nery, 2015, transcrição: [01:10]).

Nesse trecho, Nery (2015), sugere que há uma agenda oculta que promove a confusão sobre a identidade de gênero entre as crianças, indicando que se trata de uma conspiração. Inseridas no novelo de narrativas conspiratórias, esses discursos carregam a ideia de que “um grupo de agentes poderosos está operando em segredo para perseguir um objetivo malévolo, que é, na maioria dos casos, a tomada do poder sobre uma comunidade cultural, religiosa, étnica ou política” (Thalmann, 2019, p. 2).

Para Hofstadter (2012), esse estilo de fazer política tem mais a ver com “a forma como as ideias são acreditadas do que com a verdade ou a falsidade de seu conteúdo” (Hofstadter, 2012, p. 77). Na política paranoide, o sentimento de perseguição aparece imbricada a uma grandiosa teoria da conspiração. Assim, infere-se que há um duplo movimento: enquanto o discurso paranoide se conecta às teorias conspiratórias (Beckman, 2021), igualmente direciona a audiência para identificar qual o inimigo a combater, revelando suas intenções secretas e malévolas (Thalmann, 2019).

Nesses discursos do OIB identificam-se, especialmente, dois principais inimigos: as feministas, por sua militância pela igualdade de gênero, e os LGBTQ+, especialmente, por borrarem as fronteiras sexuais e de gênero. Assim, ao tempo em que tenta se estabelecer como tradutor dessas conspirações, membros do OIB também colocam como capazes de rastrear e examinar os conteúdos ideológicos que se escondem atrás das políticas inclusivas, desvelando, assim, suas (más) intenções.

## 2.2 Deslocamento

A estratégia discursiva de captura de discurso, destacada por Lewin (2021), traz à tona uma mudança retórica engenhosa, onde ideias progressistas são apropriadas e deslocadas por movimentos antagônicos, invertendo, desse modo, a lógica dos discursos em prol dos direitos humanos. Essa técnica permite, por exemplo, que “uma manifestante pró-vida se rotule como ‘uma verdadeira feminista’ que luta pelos direitos das ‘mulheres não nascidas’, uma ressignificação do ‘feminismo’ proporcionada pela mudança discursiva” (Lewin, 2021, p. 260).

Grupos dos movimentos antigênero também combinam a noção de “família natural”, em referência aos direitos humanos e à defesa do mais o fraco. “Em vez de reivindicar a inferioridade das mulheres e das pessoas LGBTQ+, ativistas enfatizam a noção de ‘natureza humana’, cuja principal característica é ser a complementaridade entre os sexos” (Garbagnoli, 2017, p. 160). Da mesma forma, contrapõem-se aos direitos das mulheres em aborto entendendo esse ato como “infanticídio”. Assim, o direito ao aborto é ressignificado como homicídio, no qual crianças são apresentadas como “vítimas inocentes do egoísmo e impulsos hedonistas” (Garbagnoli, 2017, p. 160).

O Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB) adota essa estratégia. Ao confrontar as reivindicações dos movimentos feministas e LGBTQ+, Nery acusa as feministas, por exemplo, de manipularem a linguagem para minimizar os objetivos espúrios de seu ativismo. “É o que ocorre, por exemplo, quando desumanizam a morte do bebê no aborto, ao trocar o termo por ‘interrupção da gravidez’, ou dizer ‘produto da concepção’, ao invés de ‘feto’” (Lima, 2013).

Essa tática, caracterizada pela captura de conceitos e terminologias progressistas, como “direitos humanos” e “natureza humana”, tende a reforçar narrativas conservadoras.

Se usa palavras como direito. Eu me lembro que, por exemplo, num tema ligado ao aborto, em 1950 se falava de controle populacional, em 1990, quarenta anos depois, se falava de direitos sexuais reprodutivos da mulher para dizer o aborto. É uma outra temática, mas é só para mostrar a questão de linguagem. Direitos sexuais e reprodutivos da mulher. Anos depois, em 2012, inclusive foi amplamente divulgado na mídia, se muda para a redução de danos na questão do aborto. Então, a mudança das palavras é muito importante. Nesse caso, a mesma coisa gênero também, ela é uma mudança. Ou seja, ela pretende mascarar, manobrar, vencer sem convencer. Então por isso é uma ideologia. Ideologia é justamente isso, e não identidade de gênero, como eles querem dizer, igualdade de gênero... (Nery, 2014b, [21:10] – [22:37]).

O discurso de Felipe Nery exemplifica a tática de mudança ao reinterpretar a evolução semântica de termos progressistas como instrumentos de manipulação ideológica. Essa abordagem, conforme descrita por Lewin (2021), desestabiliza o debate público ao deslocar o foco para narrativas conspiratórias e deslegitimar avanços sociais e acadêmicos. Nery associa a mudança de terminologias a uma estratégia de manipulação elaborada por ideólogos do gênero: “Eu me lembro que, por exemplo, num tema ligado ao aborto, em 1950 se falava de controle populacional; em 1990, quarenta anos depois, se falava de direitos sexuais reprodutivos da mulher para dizer o aborto. Anos depois, em 2012, inclusive foi amplamente divulgado na mídia, se muda para a redução de danos na questão do aborto” (Nery, 2014b, [00:21:10]).

Nery apresenta a evolução do vocabulário relacionado ao aborto como uma tentativa deliberada de mascarar a essência do debate, insinuando que há um objetivo oculto por trás dessas mudanças. Essa narrativa reflete a tática de mudança descrita por Lewin (2021), que ocorre quando os atores conservadores reinterpretam alterações semânticas progressistas como ferramentas de manipulação, minando a legitimidade do debate. Segundo Nery, “a mudança das palavras é muito importante. Nesse caso, a mesma coisa gênero também, ela é uma mudança. Ou seja, ela pretende mascarar, manobrar, vencer sem convencer” (Nery, 2014b, [21:10]).

Nery sugere que a evolução da linguagem no campo de gênero é uma estratégia para “vencer sem convencer”, ou seja, impor uma agenda ideológica sem debate público honesto. A retórica de Nery posiciona termos progressistas como intrinsecamente manipuladores, criando uma visão conspiratória que reforça a oposição a essas pautas. “Então por isso é uma ideologia. Ideologia é justamente isso, e não identidade de gênero, como eles querem dizer,

igualdade de gênero...” (Nery, 2014b, [21:10]). Ao sugerir que mudanças na linguagem são manobras manipulativas, o discurso de Nery desqualifica esforços para adaptar os termos a novas realidades sociais e culturais. Ele reforça que termos como “gênero” e “direitos reprodutivos” são ferramentas de uma agenda ideológica, reduzindo discussões complexas sobre gênero e direitos reprodutivos a uma oposição binária entre verdade e manipulação.

O OIB emprega essa retórica acusatória, especialmente, contra as feministas envolvidas em políticas sexuais e reprodutivas. Um exemplo é a fala recorrente de uma das integrantes do OIB, Renata Gusson, durante o Seminário Mulher, Família e Gênero (2014). Gusson afirma que as feministas “estão utilizando a mulher para destruir a família, arrancar a família da estrutura social” (Gusson, 2014, 58:20). Esses argumentos, usados para se contrapor às políticas progressistas em direitos sexuais e reprodutivos, contribuem para a rejeição pública de políticas progressistas:

A mulher está sendo instrumentalizada, estão tomando a gente com instrumento através das feministas. Somos reles instrumentos para uma alteração social e global perfeita para a alteração das dinâmicas sociais, (que) deve ter implicações muito maiores que eles estão querendo, com toda certeza, se a gente vê uma coisa tão fundamentada e financiada. Esse pessoal não é bobo, bobos somos nós. Estão utilizando a mulher para destruir a família, arrancar a família da estrutura social (Gusson, 2014a, [01:00] – [01:03]).

Em seu discurso, Gusson redefine os direitos sexuais e reprodutivos como uma ferramenta de manipulação sociopolítica, instrumentalizada para destruir a família e alterar dinâmicas sociais. Esta abordagem reflete uma prática comum entre grupos antigênero: redefinir terminologias progressistas com conotações negativas, distorcendo seus significados originais. Ao dizer que, por meio dos chamados direitos sexuais e reprodutivos, “estão utilizando a mulher para destruir a família, arrancar a família da estrutura social” (Gusson, 2014, [01:00] – [01:03]), Gusson distorce, não apenas o conceito de direitos sexuais e reprodutivos, mas transforma uma conquista feminista em uma conspiração sociopolítica global. Gusson ainda adere a teorias conspiratórias ao dizer que os direitos sexuais e reprodutivos são apoiados por figuras e instituições ricas e poderosas, reforçando a ideia de uma “conspiração global” que instrumentaliza mulheres para fins espúrios. Ela também entende os direitos sexuais e reprodutivos como uma “imposição transvestida de direito”, na tentativa de minar o debate progressista, reforçando preconceitos e estigmas.

### 2.3 Mimetismo/Apropriação

Grupos conservadores antigênero também vêm mimetizando discursos seculares e científicos para legitimar suas posições no espaço público e político. Essa tática visa promover suas narrativas como alternativas válidas ao conhecimento progressista e feminista (Korolczuk, 2020). Esses grupos também vêm, cada vez mais, recorrendo ao cientificismo como uma ferramenta de validação do conhecimento, capaz de conferir legitimidade às investigações não científicas (Haack, 2012). Essa estratégia busca aproveitar a autoridade da ciência e da razão, típicas das epistemologias seculares, enquanto distorcem seus fundamentos para sustentar valores tradicionais e religiosos.

Para atingir esse objetivo, grupos antigênero vêm promovendo estudos, pesquisas e relatórios que se apresentam como científicos, mas que são construídos para reforçar suas posições. Graff e Korolczuk (2021) apontam que esses movimentos frequentemente mobilizam acadêmicos e profissionais com credenciais reconhecidas, cujas opiniões são amplificadas para validar suas ideias: “O movimento antigênero baseia-se fortemente em argumentos pseudocientíficos, apresentando-se como defensor da racionalidade e de políticas baseadas em evidências, enquanto acusa feministas e ativistas LGBTQ+ de promoverem agendas ideológicas” (Graff; Korolczuk, 2021, p. 23).

Essa estratégia visa construir legitimidade e criar uma aparência de consenso científico em torno de suas ideias, já que o movimento antigênero baseia-se fortemente em argumentos pseudocientíficos. Com essa estratégia, grupos do movimento antigênero apresentam-se “como defensores da racionalidade e de políticas baseadas em evidências, enquanto acusam feministas e ativistas LGBTQ+ de promoverem agendas ideológicas” (Graff; Korolczuk, 2021, p. 23).

O mimetismo permite que suas propostas, como a oposição ao casamento igualitário ou a restrição ao aborto, pareçam baseadas em evidências científicas e não em dogmas religiosos, tornando-as mais aceitáveis para audiências seculares. Além disso, essa abordagem busca enfraquecer a credibilidade dos campos de estudos progressistas e dificultar sua influência em políticas públicas. Desta forma, a apropriação da linguagem científica cria pontes entre conservadores religiosos e outros grupos que compartilham preocupações sobre as mudanças sociais promovidas por movimentos feministas e LGBTQ+ (Graff; Korolczuk, 2021).

Sobretudo, ao adotar a linguagem secular e científica, os grupos conservadores ampliam sua capacidade de mobilização, atraindo públicos que poderiam rejeitar discursos puramente religiosos ou mais radicais.

É como disse Felipe Nery, em seu discurso na Audiência Pública Ideologia de Gênero na legislação brasileira, em 2014:

Eu vou terminar, fazendo por honestidade intelectual, uma pergunta (se eu estivesse numa igreja, essa pergunta não caberia sentido), mas nós estamos aqui num ambiente laico. E, eu aqui já digo o seguinte, eu não falei de Deus, não citei a Bíblia, não citei nenhum escrito eclesiástico. No Estado laico, não interessa a religião de cada um. O que interessa é a natureza dos argumentos. E aqui nós estamos usando argumentos racionais. É a luta entre verdade e opinião. E se esses senhores estiverem certos? E se destruir a família foi um grande bem? E se de fato a família for a fonte da psicologia do poder, nós não deveríamos destruí-la? (Nery, 2014c, transcrição: [01:35:36] – [01:36:47])

O cientificismo vem contribuindo para armar o ativismo antigênero com um conjunto de argumentos mais próximos da retórica secular. Definido como um discurso que se utiliza de adornos científicos para conferir legitimidade às investigações não científicas (Haack, 2012), o cientificismo é, antes de tudo, uma estratégia de convencimento. E para convencer, especialmente a opinião pública e tomadores de decisão, conservadores que se opõem ao gênero, “buscam se legitimar cientificamente como especialistas no campo da reprodução humana, família e política social” (Korolczuk, 2020, p. 701).

O cientificismo tem sido usado como estratégia central para convencer tanto a opinião pública quanto tomadores de decisão. Essa estratégia evoca o conceito de “secularismo estratégico” (Vaggione, 2005), que descreve como grupos antigênero imprimem um caráter científico a argumentos religiosos, mobilizando especialistas para criar uma base paralela de conhecimento, como observado por Korolczuk (2020): “Grupos conservadores mobilizam especialistas, cuja credibilidade pública se baseia em sua formação educacional e expertise” (Korolczuk, 2020, p. 702).

Esses esforços incluem a criação de novas instituições, promoção de intelectuais públicos e estabelecimento de um circuito alternativo de produção de conhecimento, que considera as ciências sociais contemporâneas corrompidas por feministas e liberais (Korolczuk, 2020):

Esses esforços incluem a construção de fontes próprias de legitimidade, que abrangem a formação de novas instituições, a promoção de novos intelectuais públicos e o estabelecimento de um circuito intelectual alternativo às ciências sociais contemporâneas e estudos culturais, que grupos ultraconservadores consideram corrompidos por feministas, homossexuais e liberais (Korolczuk, 2020, p. 711).

Essas estratégias mascaram narrativas conservadoras e antiprogressistas sob a capa de neutralidade e rigor científico, tornando-as mais difíceis de refutar (Mcewen; Narayanaswamy, 2023). Por outro lado, grupos, como o OIB, estariam construindo discursos aparentemente “neutros e científicos, enquanto seu caráter religioso fica implícito” (Gomes, 2020, p. 9). A apropriação e reprodução do discurso científico secular seria, portanto, uma estratégia “necessária para neutralizar com credibilidade as desconfortáveis descobertas científicas que contrariam seus valores baseados na fé” (Valkovičová; Hardoš, 2018, p. 3). E, “através de conferências acadêmicas, seminários e publicações, a governança discursiva é implementada, tornando o movimento antigênero um campo alternativo de produção de conhecimento” (Eslén-Ziya, 2020, p. 7).

Eslén-Ziya (2020) denomina essas estratégias retóricas de “*troll science*”, uma referência à expressão “*trolling for suckers*” originada nos fóruns Usenet, dos anos 1990. Na gíria da internet, o *troll* é uma estratégia de distração, destinada a sequestrar a atenção dos usuários. A intenção do *troll* é interromper debates relevantes por meio de mensagens controversas, ou mesmo fúteis, desviando as atenções da discussão principal. Desta forma, o uso da tática da ciência *troll* sobre o tema “gênero” caracteriza-se pelo uso de argumentos pseudocientíficos ou cientificamente distorcidos para criar uma narrativa alternativa sobre o assunto, muitas vezes, baseada no pânico moral.

Na *troll science*, o uso das ciências biológicas como recurso de validação de crenças ontológicas sobre a relação sexo-gênero tem sido recorrente. Ao colocar ênfase nas diferenças biológicas, o OIB tenta distinguir as proposições consideradas “ideológicas” dos fatos considerados “científicos”. Essa perspectiva está presente no discurso de Henrique Lima (2014) no Debate sobre Identidade de Gênero na ALERJ. Enfatizando o papel biológico de homens e mulheres, o articulista conecta a reprodução natural à ordem social e ao futuro da humanidade:

Homem e mulher foram feitos por natureza um para o outro... Seus gametas unidos formam um novo ser humano, impedem a extinção da humanidade. Como também do ponto de vista anatômico, homem e mulher foram feitos anatomicamente um para

o outro. Pênis e vagina combinam perfeitamente. O encaixe anatômico é perfeito (Lima, 2014, transcrição: [00:16:00] – [00:16:22]).

Em seu discurso essencialista, Lima (2014), além de promover a naturalização da heteronormatividade, também instrumentaliza noções de biologia para consolidar uma visão política que associa papéis de gênero pré-definidos à continuidade da humanidade. Ao comentar esse tipo de recurso retórico, Korolczuk (2020) afirma que os movimentos antigênero constroem narrativas que substituem conceitos científicos sobre gênero e sexualidade por “verdades naturais”, derivadas de crenças tradicionais e religiosas. Isso ocorre, por exemplo, no discurso de Fernanda Takitani no Seminário “Mulher, Família e Gênero” (2014), quando ela critica a ideia de que alguém possa ter autonomia para renegar a sua biologia: “Eu tenho órgãos genitais femininos, mas se eu quiser me considerar um homem, eu preciso abrir mão dessa realidade anatômica, biológica, e fazer o que minha vontade quer” (Takitani, 2014, [01:16] – [02:19]). Nery, em discurso proferido na Audiência Pública Ideologia de Gênero na legislação brasileira (2014), diz que existem os fatos biológicos inegáveis, como a existência de cromossomos XX e XY: “negar as diferenças que são inúmeras, entre homens e mulheres, inclusive, hormonais, então, aqui é um problema de negação da realidade” (Nery, 2014c, [06:41] – [07:07]).

Ao tomarem a natureza como um parâmetro estável diante das contingências, incertezas e pluralismos da sociedade contemporânea, o ativismo antigênero centra esforços para demonstrar “gênero” como uma ideologia sem base científica que pretende desconstruir a família ou o próprio indivíduo. Essa estratégia retórica tem sido usada, frequentemente, para escamotear a transfobia praticada pelo grupo. Um exemplo foi a entrevista de Nery ao Domingo Espetacular (TV Record), em 2018, quando se discutia o “drama de quem se arrependeu de mudar de sexo”. Nery afirma, a respeito, que: “não tem como desvincular a biologia: nós temos um corpo, temos hormônios” (Nery, 2018). Em 2019, na Audiência Pública Ordinária da Comissão de Educação (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura), Nery voltou a argumentos biologizantes para considerar injusta a participação de atletas trans em competições: “Nós temos, em nosso país, jogador homem que joga em determinado esporte com mulheres e temos que negar o óbvio: ele tem mais potência física, fibras musculares, influência de hormônios” (Nery, 2019).

Em discursos como estes, a ciência é evocada como forma de validação de crenças essencialistas. Isso ocorre também com os discursos de Fernanda Takitani. No Seminário Mulher, Família e Gênero (2014), Takitani questiona a plausibilidade do gênero por meio de argumentos biologizantes: “Então, para os ideólogos de gênero, uma pessoa tem uma autonomia total para renegar a sua biologia. Eu tenho órgãos genitais femininos, mas se eu quiser me considerar um homem, eu preciso abrir mão dessa realidade anatômica, biológica, e fazer o que minha vontade quer” (Takitani, 2014, [01:16] – [02:19]).

Conforme se observa no Quadro 2, o OIB tem utilizado de forma recorrente táticas científicas para desqualificar os estudos de gênero:

Quadro 2: Argumentos do OIB que desqualificam a validade científica sobre o gênero

Data	Veículo	Discurso	Autoria
04/06/2015	Matéria publicada pelo Portal Notícias (PR) com o título: Cidades têm até dia 24 para acatar ou rejeitar teoria do gênero.	“O ideólogo usa fachadas para esconder suas reais intenções. Ele nunca é sincero. No caso da Ideologia de Gênero, fazem uma conexão forçada com direitos de minorias. Na verdade, é apenas uma <b>ideologia sem base científica</b> que pretende desconstruir a família”	Felipe Nery
2/10/2015	Matéria publicada pela Folha de Londrina (PR), com o título: Pesquisadora diz que tema não tem base científica	“Mesmo que não fosse religiosa, não aceitaria essa <b>ideologia sem conexão com a realidade</b> . Não há base científica nisso (...). Esse pensamento é de uma professora oriunda das cadeiras da retórica, <b>sem base científica</b> ”.	Fernanda Takitani
10/05/2017	Matéria do Portal Sol Diário (SC) com o título: Sinepe-SC publica documento contra discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas	“Aqui não se trata de uma questão religiosa, se trata de uma questão de realidade, de evidência, ou seja, nós temos que evidenciar que estamos diante de uma teoria, entre aspas, experimental, <b>que não se funda na ciência</b> , que nega a ciência, todas as ciências. Os maiores nomes pró-gênero dizem que eles não querem comprovar nada, então por esse motivo eles negam a realidade das situações”.	Felipe Nery
19/09/2019	Audiência Pública Ordinária da Comissão de Educação (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura) – transcrição (11:10)	“No entanto, vem sendo implementada, sim, uma falsa narrativa, construída por grupos radicais. Aqui estou frisando alguns pontos, porque nós temos que entender que <b>é uma narrativa construída por certos grupos</b> . Eles colocam algo sobre nós, como se nós tivéssemos construído isso. Inclusive, quando nós dizemos ‘ideologia de gênero’, eles falam: <b>‘não existe ideologia de gênero, o que existem são estudos de gênero’</b> ”.	Felipe Nery

Fonte: elaboração própria; grifo nosso.

Os argumentos do OIB demonstram estratégias discursivas que combinam negacionismo, cientificismo e pseudociência para deslegitimar os estudos de gênero. Essas estratégias, que incluem a rejeição seletiva de evidências, o uso distorcido de conceitos científicos e a construção de narrativas conspiratórias, apresentam, pelo menos três pontos que ilustram o cientificismo adotado pelo OIB.

O primeiro é a negação da base científica dos estudos de gênero. O argumento de Felipe Nery, em 04/06/2015, acusa os estudos de gênero de serem uma “ideologia sem base científica” destinada a “desconstruir a família”. Essa retórica exemplifica o uso estratégico de adornos científicos criticado por Haack (2012). Nery desqualifica os estudos de gênero como “não científicos”, sem oferecer evidências empíricas que refutem suas bases teóricas e metodológicas. Fine (2010) também identificaria essa abordagem como uma tentativa de reduzir complexos constructos sociais a explicações simplistas, enquanto utiliza a ciência como uma fachada para validar posições conservadoras.

Em seu comentário, em 10/05/2017, Nery descreve os estudos de gênero como uma “teoria experimental” que “nega todas as ciências”. Esse discurso se alinha com o cientificismo, ao insistir que apenas métodos empíricos tradicionais (muitas vezes restritos às ciências naturais) podem produzir conhecimento legítimo. Essa abordagem ignora a legitimidade das ciências sociais e humanas, que utilizam metodologias qualitativas e interdisciplinares.

Em 2017, Felipe Nery amplia a crítica ao associar as teorias de gênero a uma negação da ciência e da realidade. Ele descreve os estudos de gênero como uma “teoria experimental” que ignora a evidência empírica e afirma que seus proponentes não buscam comprovar nada: “Aqui não se trata de uma questão religiosa, se trata de uma questão de realidade, de evidência, ou seja, nós temos que evidenciar que estamos diante de uma teoria, entre aspas, experimental, que não se funda na ciência, que nega a ciência, todas as ciências” (Nery, 2017). Essa estratégia estabelece um contraste entre a “realidade” que o OIB reivindica defender, e as teorias de gênero, que seriam supostamente fantasiosas e desconectadas do mundo.

Fernanda Takitani, em discurso realizado em 2015, argumenta que as teorias de gênero não têm fundamentação científica e associa seus proponentes a práticas acadêmicas inferiores, como a “retórica”. Esse discurso visa deslegitimar epistemologias progressistas, reforçando a ideia de que elas não se sustentam em evidências ou metodologias rigorosas: “Mesmo que não

fosse religiosa, não aceitaria essa ideologia sem conexão com a realidade. Não há base científica nisso (...). Esse pensamento é de uma professora oriunda das cadeiras da retórica, sem base científica” (Takitani, 2015). O uso de termos como “cadeiras da retórica” implica que o conhecimento produzido por estudiosos de gênero é subjetivo e desconectado da realidade. Como Haack (2012) observa, a preocupação com a demarcação, isto é, com desenhar uma linha nítida entre ciência genuína, a coisa real, e impostores “pseudocientíficos”, é uma prática cientificista. O cientificismo, portanto, tende a deslegitimar investigações não empíricas, reduzindo questões sociais complexas a fenômenos estritamente biológicos ou materiais.

O segundo ponto é a construção de narrativas de desconfiança e intenção oculta nas teorias de gênero. Os argumentos de Felipe Nery e Fernanda Takitani frequentemente recorrem à ideia de que a “ideologia de gênero” é uma fachada utilizada por teóricos de gênero para ocultar intenções supostamente nocivas. Nery, em 2015, descreve os “ideólogos” como pessoas desonestas, que utilizam o discurso dos direitos das minorias para promover agendas destrutivas, como a desconstrução da família. “O ideólogo usa fachadas para esconder suas reais intenções. Ele nunca é sincero. No caso da Ideologia de Gênero, fazem uma conexão forçada com direitos de minorias. Na verdade, é apenas uma ideologia sem base científica que pretende desconstruir a família” (Nery, 2015). Essa estratégia apela para o senso comum de desconfiança, transformando as teorias de gênero em um “inimigo” acessível e facilmente identificável.

Em seu discurso no Seminário “Mulher, Família e Gênero” (2014), Isabela Mantovani também pede que se desconfie das estatísticas produzidas por organizações como a OMS/ONU:

Quando vocês escutarem que no Brasil tem um milhão de abortos, vocês pensem: “isso é uma fraude”. Quando vocês escutarem que a legalização do aborto diminui o aborto e por isso os abortistas são sempre contra o aborto, isso é uma fraude. Quando vocês escutarem que no Brasil tem um número muito maior de abortos do que nos países onde ele está legalizado, porque aqui o aborto é ilegal, isso é mentira. Que o aborto diminui a mortalidade materna, isso é cruel, porque arranca o coração do problema na mortalidade materna. Mulheres que realmente morrem porque não tem onde ganhar o seu bebê; porque não conseguem uma consulta de pré-natal no centro de saúde. E aí querem dizer para a gente que legalizar o aborto vai fazer essa mulher não morrer! (Mantovani, 2014a, [45:51] – [47:05]).

Aqui, Mantovani critica diretamente as metodologias de organizações internacionais, sugerindo que os dados são construídos para atender a uma agenda política. Essa estratégia alinha-se ao objetivo do *Advocacy Research* (Gilbert, 1997), que visa moldar a percepção pública por meio de narrativas simplificadas e polarizadas, e sustentar agendas conservadoras.

Finalmente, no terceiro e último ponto, a ideia de que as teorias de gênero são “falsa narrativa”. Em 2019, Felipe Nery esse foi o argumento usado por Nery: “vem sendo implementada, sim, uma falsa narrativa, construída por grupos radicais. [...] Inclusive, quando nós dizemos ‘ideologia de gênero’, eles falam: ‘não existe ideologia de gênero, o que existem são estudos de gênero’” (Nery, 2019). Ao afirmar que os próprios proponentes das teorias de gênero rejeitam o rótulo de “ideologia”, Nery busca desqualificar esse campo de estudo, apresentando as teorias de gênero como sem base científica, desconectadas da realidade e inferiores academicamente. Essa estratégia reforça, ainda, a ideia de conspiração, apresentando os defensores das teorias de gênero como manipuladores que criam narrativas enganosas. O “ideólogo” como um agente manipulador possui intenções ocultas de desconstrução social. Assim, o OIB reivindica que suas posições estão fundamentadas na realidade, nas evidências empíricas e na ciência, em contraste com a “ideologia” atribuída às teorias de gênero. Ao se posicionar como defensor da racionalidade, o OIB desqualifica epistemologias progressistas e feministas. Essa estratégia discursiva se alinha ao que Fine (2010) chama de uso sedutor e enganoso de narrativas para sustentar ideologias conservadoras, mascarando-as sob um verniz de cientificidade. Além disso, essa retórica reflete o padrão de pseudociência descrito por Bunge (2006), onde o argumento se apoia mais na construção de medo moral e teorias conspiratórias do que em evidências científicas. Ao afirmar que os defensores dos estudos de gênero “negam a realidade”, Nery utiliza uma tática de inversão lógica comum no negacionismo, desconsiderando as evidências produzidas pelos próprios estudos que critica.

## 2.4 Distorção/Reutilização

Nessa última seção examinamos no caso do OIB a prática de distorção, estratégia discursiva que promove, intencionalmente, a confusão e o embaralhamento de conceitos, operando, desta forma, a sua negação. Neste constructo, a desinformação é usada como

estratégia para confundir e estabelecer uma nova verdade a respeito do gênero. Membros do OIB associam os estudos de gênero a grupos totalitaristas, comunistas e fundamentalistas, sugerindo que esses estudos visam transformar radicalmente a sociedade e destruir valores tradicionais. Eles argumentam que a aceitação da diversidade sexual levará à anarquia sexual, promovendo inclusive a normalização da pedofilia.

Pesquisas com dados falsos ou resultados exagerados, além de estimativas altamente inflacionadas sobre temas sensíveis, como estupro, pedofilia e aborto, são usados para modelar uma política social ou catalisar a opinião pública. “Números chocantes são captados e amplificados pela mídia, alertando o público a um ponto às vezes descrito como ‘pânico moral’” (Gilbert, 1997, p. 104). Essas estratégias concentram-se, quase sempre, na prática do pânico moral (Cohen, 2011), associando a conquista de direitos pelas minorias políticas a um perigo iminente: a destruição da família, por exemplo. Assim, nessas concepções, as teorias de gênero” estariam conectadas a “uma conspiração global através da qual elites corruptas tentam derrubar o mundo como sempre foi e tomar o poder para impor valores pervertidos e minoritários” (Bracke; Paternotte, 2018, p. 10).

No OIB, a expressão “ideologia de gênero” tem sido um dispositivo frequentemente acionado para desencadear o pânico moral. Em uma entrevista à Agência de Notícias ZENIT, em 2015, Nery associa os estudos de gênero a grupos fundamentalistas, totalitaristas e comunistas que desejam transformar a sociedade por meio de uma radical mudança cultural:

Através disso obterão a tão almejada transformação social, pois retirando o que eles chamam de tabus e inibições e estabelecendo um novo padrão de sexualidade, pretendem abalar a estrutura da família fazendo com que não apenas as pessoas não tenham mais o desejo de se casar, como também se casarem, não queiram ter filhos e que essa relação seja tão aberta que qualquer valor, antropologicamente falando, não tenha mais assento no coração da pessoa humana (Nery, 2015b)

Fernanda Takitani (2014) argumenta, de forma similar, que os homossexuais são usados como “massa de manobra” para promoção da ideologia de gênero, e, por conseguinte, para a destruição do conceito de família. Para ela, a aceitação e reconhecimentos das identidades de gênero e das sexualidades dissidentes levará à normalização da pedofilia:

Para acabar com a família, você diz que tudo é família: homem com homem, mulher com mulher, daqui a pouco o homem com criança, daqui a pouco o homem com bicho. Já existe inclusive nos Estados Unidos um movimento de

zoófilos e de pedófilos, inclusive está para ser retirado, já foi retirado da lista das desordens psiquiátricas a pedofilia. O mesmo caminho que o homossexualismo percorreu, a pedofilia está percorrendo. Então daqui a vinte anos ou vinte dias (porque o processo pode ser rápido, inclusive), se você se colocar contra um homem que se deita com uma menina, criança, você é o fundamentalista. Não duvidemos (Takitani, 2014, [01:44] – [01:47]).

A relação espúria entre os LGBT+ e o crime da pedofilia é reiterada nos discursos do OIB. Em 2015, na matéria intitulada “Cidades têm até dia 24 para acatar ou rejeitar teoria do gênero”, do Portal Notícias (PR), Felipe Nery destaca que a “ideologia de gênero” reforça um relativismo moral que, gradualmente, levará a um vale-tudo da sexualidade: “A pedofilia já começou a ser chamada por progressistas em outros países de ‘amor entre gerações’”.

No âmbito da estratégia de distorção, os discursos alarmistas têm um único objetivo: promover o pânico moral e potencializar seu compartilhamento no campo social. Estudos já demonstraram que conteúdos falsos são 70% em média mais compartilhados que conteúdos verdadeiros (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018). A desinformação, entende-se aqui, é uma estratégia política que tende a ganhar maior adesão junto à audiência, colonizando o senso comum. Um dos motivos é que, ao contrário de estudos acadêmicos, a falsa informação utiliza-se de uma linguagem menos elaborada e mais direta, apelando para sentimentos básicos, como o medo e a raiva (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018). Assim, mobilizando reações como aversão, temor e surpresa, o que se busca não é a verdade, mas uma certa verossimilhança, que permita ao ativismo antigênero alcançar o seu propósito.

## 2.5 Implicações práticas do discurso capturado

No campo político, o OIB consolidou-se como um *think tank* conservador de grande influência, articulando-se com movimentos como o Escola Sem Partido e organizações internacionais, como o Hazte Oír, da Espanha. Essa articulação permitiu ao OIB moldar o debate público e influenciar a formulação de políticas públicas em diversas esferas governamentais. Um exemplo ocorreu no campo educacional, com a extensa campanha do OIB para a exclusão do termo “gênero” dos Planos Nacionais e Municipais de Educação, entre 2014 e 2018. O grupo mobilizou uma narrativa que apresentava o gênero como uma ameaça à moralidade e à família, limitando profundamente o espaço para debates sobre diversidade, sexualidade e inclusão nas escolas. Como resultado, os currículos escolares passaram a refletir uma visão de mundo

conservadora, negligenciando as necessidades de alunos LGBTQ+ e a importância da educação para a igualdade de gênero. A falta de políticas educacionais voltadas à diversidade contribuiu, sobretudo, para agravar e invisibilizar questões como *bullying* homofóbico e transfóbico nas escolas, além de casos de violência de gênero e gravidez na adolescência, problemas que poderiam ser mitigados com uma abordagem pedagógica mais inclusiva.

A influência do discurso do OIB fortaleceu a resistência de setores conservadores contra políticas públicas que ampliem o acesso a métodos contraceptivos, educação sexual e serviços de planejamento familiar. OIB contribuiu diretamente, com suas campanhas, para dificultar o acesso ao aborto legal em casos previstos pela lei brasileira, como a gravidez decorrente de estupro. Além de afetar, especialmente, mulheres em situação de vulnerabilidade, que enfrentam barreiras ainda maiores para acessar serviços de saúde adequados e seguros, esses discursos comprometeram a eficácia das políticas públicas de saúde. Outro exemplo notável decorrente dos discursos propagados pelo OIB foi a estigmatização das populações LGBTQ+, especialmente, as pessoas transexuais, dificultando seu acesso a cuidados de saúde e agravando vulnerabilidades preexistentes.

### 3 Considerações finais

Este estudo analisou como o Observatório Interamericano de Biopolítica (OIB) utiliza estratégias de captura discursiva para manipular conceitos progressistas e consolidar uma agenda conservadora no Brasil. A partir da aplicação das categorias propostas por Lewin (2021) – ressignificação, deslocamento, mimetismo/apropriação e distorção/reutilização –, observamos que o OIB busca exercer controle epistêmico sobre termos como “sexo” e “gênero”, apropriando-se da semântica científica para deslegitimar estudos de gênero e promover valores alinhados à moral religiosa e tradicional. Ao explorar essas estratégias, mostramos, sobretudo, que as ferramentas utilizadas pelo instituto variam do cientificismo ao negacionismo, da desinformação (*fake news*) ao julgamento pernicioso sobre movimentos feministas e LGBTQs. Essas estratégias retóricas buscam, sobretudo, deslegitimar políticas sociais progressistas, minando debates importantes sobre desigualdade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos e diversidade de identidade de gênero e sexual no Brasil.

Portanto, à luz do conceito de discurso capturado (LEWIN, 2021), ilustramos como movimentos conservadores, como o OIB, podem manipular e adaptar a linguagem para avançar em suas agendas políticas. Essas práticas não apenas se apropriam, mimetizam e distorcem os discursos capturados, mas também afeta o ambiente político e social no qual se situam. Por essa perspectiva, entendemos que a chamada “ideologia de gênero” é um contradiscurso, ou seja, uma estratégia discursiva que busca reverter ou contestar mudanças sociopolíticas ou culturais percebidas como desafiadoras ao status quo. A intenção do OIB, ao se utilizar dessas estratégias discursivas, como a captura do discurso, é desacreditar as teorias de gênero, e estabelecer, em seu lugar, uma epistemologia moralista sobre o tema.

Em futuros estudos, propomos observar se as estratégias contenciosas adotadas pelo OIB em relação às políticas de igualdade de gênero, foram bem-sucedidas. Em consonância com descobertas anteriores sobre o trabalho do OIB em comissões como a de Educação e Políticas para as mulheres, e de sua participação em plenárias importantes, deve-se investigar quais os impactos de sua atuação nas esferas políticas e nos resultados das votações. As retóricas utilizadas pelo OIB, combinadas às táticas concretas, como o *lobby* junto a parlamentares, se reverteu em retrocessos nas políticas de gênero no Brasil. Assim, a capacidade do OIB de afetar o debate sobre as políticas sexuais e de gênero no país ainda deve ser melhor investigada.

## Referências

ANTONIONI, Ádamo. *Odeio, logo, compartilho: o discurso de ódio nas redes sociais e na política*. São Paulo: Viseu, 2019.

BECKMAN, Frida. Paranoid Masculinity, Or, Toward A New Identity Politics. *Symploke*, v. 29 n. 1, p. 235-246, 2021. <https://doi.org/10.1353/sym.2021.0013>

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230039>

BRACKE, Sara; PATERNOTTE, David (ed.). *Habemus género, la Iglesia Católica e ideología de género: textos seleccionados*. Rio de Janeiro: Asociación Brasileira Interdisciplinar de SIDA: Observatorio de Sexualidad y Política, 2018. p. 4-7. Disponível em: <http://www.sxpolitics.org>. Acesso em: 22 ago. 2023.

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics*. New York: Routledge, 2011. <https://doi.org/10.4324/9780203828250>

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

GALZERANO, Luciana Sardenha. A ofensiva antigênero na sociedade brasileira. *Revista Trabalho Necessário*, v. 19, n. 38, p. 82-104, 2021. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.45703>

GILBERT, Neil. Advocacy Research and Social Policy. *Crime and Justice*, v. 22, p. 101-148, 1997. <https://doi.org/10.1086/449261>

GOMES, Carla de Castro. *Propagação dos Termos “Ideologia de Gênero” e “Aborto” nas Mídias Escritas Brasileiras*. Gênero & política em América Latina. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política, ABIA, 2020.

GRIGOLETTO, Evandra. A mídia a serviço da religião: o entrelaçamento de vozes no discurso da renovação carismática católica. *Organon*, v. 17, n. 35, 2003. <https://doi.org/10.22456/2238-8915.30017>

GUSSON, Renata. Raízes Históricas da Cultura da Morte. In: *Seminário Mulher, Família e Gênero* (11/03/2014). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jqa4ZXu-nJk>. Acesso em: 14 jan. 2022.

HAACK, Susan. Seis sinais de cientificismo. *Logos & Episteme*, v. 3, n. 1, p. 75-95, 2012. <https://doi.org/10.5840/logos-episteme20123151>

HOFSTADTER, Richard. *The Paranoid Style in American Politics*. New York: Vintage, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*, p. 25-52, 2017.

KIMMEL, Michael S. Globalization and Its Mal(e)Contents: The Gendered Moral and Political Economy of Terrorism. *International Sociology*, v. 18, n. 3, p. 603-620, 2003. <https://doi.org/10.1177/02685809030183008>

KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (Ed.). *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality*. London: Rowman & Littlefield, 2017.

KUHAR, Roman; ZOBEC, Aleš. The Anti-Gender Movement in Europe and the Educational Process in Public Schools. *CEPS Journal*, v. 7, n. 2, p. 29-46, 2017. <https://doi.org/10.26529/cepsj.168>

LEWIN, Tessa. Nothing Is as It Seems: ‘Discourse Capture’ and Backlash Politics. *Gender & Development*, v. 29, n. 2-3, p. 253-268, 2021. <https://doi.org/10.1080/13552074.2021.1977047>

LIMA, Jônatas Dias. 2º Seminário de Biopolítica ocorre neste sábado em Curitiba. *Gazeta do Povo. Blog Sempre Família* (11/09/2014). Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/blog-da-vida/2o-seminario-de-biopolitica-ocorre-neste-domingo-em-curitiba/&hl=pt-BR&gl=br>. Acesso em: 21 ago. 2022.

LIMA, Jônatas Dias. Evento sobre Biopolítica traz padre Paulo Ricardo a Curitiba. *Gazeta do Povo. Blog Sempre Família* (28/11/2013). Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/blogs/blog-da-vida/evento-sobre-biopolitica-traz-padre-paulo-ricardo-a-curitiba/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu*, p. e175018, 2017. <https://doi.org/10.1590/18094449201700500018>

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, 2018. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>

MAGALHÃES, Juliana Guidi. *Os fundamentos liberais conservadores da ideologia de gênero e do programa “escola sem partido”*: a práxis educativa como alternativa no ensino de sociologia crítica. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020. <https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p801>

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 723-745, 2017. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>

NASCIMENTO, Leonardo. Qual ideologia de gênero?. *Albuquerque: Revista de História*, v. 7, n. 13, p. 85-100, 2015. <https://doi.org/10.46401/ajh.2015.v7.2963>

NERY, Felipe. *Audiência Pública “ideologia de gênero na legislação brasileira”*. Câmara dos Deputados, em 18/08/2014. Disponível em: <https://youtu.be/NO51AdsCPJ0>. 2014a. Acesso em: 17 dez. 2024.

NERY, Felipe. *Debate sobre Identidade de Gêneros*. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em 15/9/14. Disponível em: <https://youtu.be/pwchUBpF5HQ>. 2014b. Acesso em: 17 dez. 2024.

NERY, Felipe. Guarulhos: onde a Marcha das Vadias se mete na educação de crianças, em 21/05/2015. *Site do Escola Sem Partido*, 2015a. Disponível em: <https://escolasempartido.org/blog/guarulhos-onde-a-marcha-das-vadias-se-mete-na-educacao-de-criancas/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

NERY, Felipe. Entrevista à Agência de Notícias ZENIT. *Blog Cooperadores da Verdade*. 2015b. Disponível em: <https://coperadoresdaverdade.wordpress.com/tag/familia/page/2/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

NERY, Felipe. *Gênero: ferramenta de desconstrução da identidade*. São Paulo: Katechesis, 2017.

NERY, Felipe. Domingo Espetacular conta o drama de quem se arrependeu de mudar de sexo. *Domingo Espetacular*, em 23/09/2018. Disponível em: <https://youtu.be/ZEM-fccs7kM>. Acesso em: 17 dez. 2024.

NERY, Felipe. Audiência Pública Ordinária da Comissão de Educação. *1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura*, em 19/09/2019. Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/57135>

OIB – Observatório Interamericano de Biopolítica. *Quem somos*. [s/d]. Disponível em: <http://biopolitica.com.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PAIVA, Valério. Vereadores de Campinas aprovam “Emenda da Opressão”. *Caros Amigos* (07/07/2015). Disponível em: <https://carosamigos.com.br/politica/5149-vereadores-de-campinas-aprovam-emenda-da-opressao>. Acesso em: 2 nov. 2021.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. The anti-gender movement in comparative perspective. In: KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (org.). *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing against Equality*. London: Rowman & Littlefield Internacional Ltda, 2017. p. 253-276.

RIBEIRO, Amanda; et al. Religião e “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação (PNE). *Revista Relegens Thréskeia*, v. 5, n. 2, p. 56-70, 2016. <https://doi.org/10.5380/rt.v5i2.49693>

SALVADORI, Fausto. Questão de gênero, questão de gente. *Revista Apartes*, Câmara Municipal de São Paulo, n. 16, 2015. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-16/questao-de-genero-questao-de-gente/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SAVIANI, Dermeval. *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas*. São Paulo: Autores Associados, 2018.

SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. *Reunião Científica Regional da ANPED*, v. 11, p. 1-17, 2016.

TAKITANI, Fernanda. Antecedentes Históricos e Filosóficos da Questão de Gênero. *Seminário Mulher, Família e Gênero, Câmara Federal*, em 11/03/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZoHUVekwrMQ>. Acesso em: 17 dez. 2024.

TEIXEIRA, Raniery Parra; BIROLI, Flávia. Contra o gênero: a “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados brasileira. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2022. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.38.248884>

THALMANN, Katharina. *The Stigmatization of Conspiracy Theory since the 1950s: “A Plot to Make Us Look Foolish”*. New York: Routledge, 2019. <https://doi.org/10.4324/9780429020353>

VALKOVIČOVÁ, Veronika; HARDOŠ, Pavol. *Science Wills It!: The Use of Scientific Claims in ‘Anti-Gender’ Rhetoric*. New York: LSE Engenderings, 2018.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb.; ARAL, Sinan. The Spread of True and False News Online. *Science*, v. 359, p. 1146-1151, 2018. <https://doi.org/10.1126/science.aap9559>

Recebido em: 09.01.2024

Aprovado em: 17.12.2024